

# Investida de Toffoli contra acordos de leniência enfrenta 1º recurso da PGR

— Na medida para reverter decisão que suspendeu pagamento da multa de 10,3 bilhões da J&F, Paulo Gonet contesta tese de coação e questiona relação do caso com a Lava Jato

RUBENS ANATER

A suspensão determinada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli do pagamento de multas bilionárias por empresas que admitiram corrupção em acordos de leniência enfrenta a primeira contestação da Procuradoria-Geral da República sob a gestão de Paulo Gonet. Em recurso apresentado na noite de anteontem, a PGR questiona a decisão de Toffoli que sustou a multa de R\$ 10,3 bilhões do acordo do grupo J&F. Segundo Gonet, "não há provas de que houve coação" no pacto firmado pelos irmãos e empresários Joesley e Wesley Batista, controladores do grupo.

Na decisão monocrática em que suspendeu o pagamento da multa, Toffoli declarou que "há, no mínimo, dúvida razoável sobre o requisito da voluntariedade da requerente (J&F) ao firmar o acordo de leniência". Segundo o magistrado, isso justificaria, "por ora, a paralisação dos pagamentos, tal como requerido pela autora".

O chefe do Ministério Público Federal, no entanto, afirmou que o que existe são "ilações e conjecturas abstratas" a respeito da suposta coação, o que não é suficiente para rever a leniência. "Não há como, de pronto, deduzir que o acordo entabulado esteja intrinsecamente viciado a partir de ilações e conjecturas abstratas sobre coação e vício da autonomia da vontade negocial", sustentou Gonet no recurso.

**'VAZA JATO'.** A Procuradoria pede que o plenário do Supremo analise a decisão de Toffoli e defenda, ainda, a redistribuição do caso para um novo relator. Toffoli assumiu a relatoria porque considerou que a petição da J&F tinha relação com a

## Para entender

### Procurador solicita que Corte avalie manifestação

#### Relator

O recurso da Procuradoria-Geral da República que questiona a suspensão da multa do acordo de leniência da J&F está nas mãos do ministro Dias Toffoli. Cabe a ele dar andamento ao pedido

#### Procedimento

Segundo informações do STF, esse é o procedimento-padrão em agravos apresentados à Corte pela Procuradoria. A PGR envia seus argumentos diretamente ao relator do caso e pede para que ele mude seu posicionamento ou leve o recurso para ser avaliado pelo colegiado

#### Turmas

Normalmente, a demanda segue para uma das turmas do tribunal, mas, nesse caso específico, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, solicitou que fosse avaliado pelo plenário da Corte

#### Prazo

Não há um prazo delimitado para que Toffoli dê andamento ao pedido. Ele deve avaliar os argumentos e decidir se vai aceitá-los ou encaminhá-los para a decisão do plenário. O regimento da Corte apenas requer que não ignore a demanda

Lava Jato, uma vez que a empresa pediu acesso a dados da Operação Spoofing, responsável pela prisão de hackers que invadiram celulares de integrantes da extinta força-tarefa da Lava Jato e do ex-juiz e hoje senador Sérgio Moro (União Brasil-PR). A revelação de men-

sagens trocadas por procuradores e Moro lançou dúvidas sobre a idoneidade da operação que derrubou esquema de corrupção na Petrobras.

O recurso da Procuradoria, porém, afirma que "o acordo de leniência celebrado pela holding J&F Investimentos S.A. não foi pactuado com agentes públicos responsáveis pela condução da Operação Lava Jato e seus desdobramentos" e não teve a participação da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, conduzida por Moro na época das investigações.

O chefe do Ministério Público destaca a relação da J&F com outras operações, como Greenfield, Sépsis, Cui Bono e Carne Fraca, que, segundo ele, "não se confundem com a Operação Lava Jato e não são dela decorrentes". O acordo de leniência do grupo J&F foi fechado em 2017 com o Ministério Público Federal, no âmbito da Operação Greenfield, e envolveu, ainda, procuradores das forças-tarefa citadas por Gonet na manifestação. O grupo se comprometeu a pagar R\$ 10,3 bilhões ao longo de 25 anos para encerrar as investigações das operações citadas.

Caso Toffoli entenda que deve permanecer na relatoria, a decisão também pode ir a julgamento no plenário do Supremo, onde os demais ministros da Corte devem deliberar sobre a possibilidade de tirá-lo da posição e, neste caso, sortear um novo relator.

**PREJUÍZO.** Outro argumento apontado no recurso da Procuradoria é que a suspensão da multa da J&F pode causar "grave risco ao sistema previdenciário complementar brasileiro". Gonet afirma que os fundos de pensão Funcef, da Caixa Econômica Federal, e Petros, da Petrobras, receberiam, cada um, cerca de R\$ 2

bilhões do total dos R\$ 10,3 bilhões da multa. A paralisação dos pagamentos representa, na avaliação do procurador-geral, "vultoso prejuízo".

Após a apresentação do recurso da PGR, Toffoli retirou na tarde de ontem o sigilo do processo. O recurso está nas mãos do próprio ministro. Cabe a ele avaliar se acata os argumentos da Procuradoria e reverte sua decisão, ou se encaminha o pedido para ser votado pelo colegiado da Corte. Normalmente, a demanda seguiria para uma das turmas do tribunal, mas Gonet solicitou que fosse avaliado pelo plenário (mais informações nesta página).



"Não há como, de pronto, deduzir que o acordo

entabulado esteja intrinsecamente viciado a partir de ilações e conjecturas abstratas sobre coação e vício da autonomia da vontade negocial"

Paulo Gonet  
Procurador-geral da República

Toffoli suspendeu a multa da J&F em 19 de dezembro, por meio de decisão monocrática definitiva, que, pelo regimento, não precisa ser referendada pelos demais ministros, a não ser que haja recurso da PGR. Além de paralisar os pagamentos, o ministro autorizou ao grupo o acesso a todo o material colhido na Operação Spoofing. A empresa pretende avaliar o conteúdo das conversas em busca de mensagens que possam indicar alguma atuação irregular dos procuradores da Lava Jato e permitir uma revisão da leniência.

Além da J&F, o ministro suspendeu, na semana passada, os pagamentos da multa de R\$ 3,8 bilhões do acordo da Odebrecht (agora Novonor). No total, as multas suspensas pelo magistrado somavam R\$ 14,1 bilhões na época dos acordos, mas devem aumentar com a correção monetária.

A mulher de Toffoli, a advogada Roberta Rangel, presta assessoria jurídica para a J&F no litígio envolvendo a compra da Eldorado Celulose. Ele já se declarou impedido para julgar o grupo em setembro. Também partiu de Toffoli decisão que anulou provas do acordo de leniência da Odebrecht.

Como mostrou o **Estadão**, com a suspensão das multas da J&F e da Odebrecht, outras empresas que confessaram corrupção e se comprometeram a restituir o erário, como UTC, Andrade Gutierrez e Camargo Corrê, podem solicitar acesso às mensagens da Operação Spoofing e pedir a revisão dos próprios acordos de leniência. Na semana passada, o ex-presidente da OAS Léo Pinheiro pediu a Toffoli que suspenda a multa de R\$ 45 milhões do seu acordo de delação feito com o Ministério Público Federal.

**ONG.** O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) investiga a participação da ONG Transparência Internacional no Brasil no acordo de leniência da J&F. A apuração corre em sigilo na Corregedoria Nacional de Justiça. Procurado, o CNJ confirmou a existência da investigação, mas não informou por que o procedimento foi aberto.

Toffoli mandou investigar se a ONG se apropriou indevidamente de recursos do acordo da J&F. Em nota divulgada ontem, a organização disse ser vítima de "retaliação" pelo trabalho de combate à corrupção. **COLABOROU RAYSSA MOTTA**

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 6